

Momento de transição e de ação

Antoninho Marmo Trevisan

Fazendo uma fotografia da economia brasileira, podemos retratar dois cenários bem distintos; o primeiro, tenebroso e cinzento, e o segundo, claro e radiante.



O primeiro deles, não é difícil perceber, trata-se do governo e do atual estado das finanças públicas. O orçamento geral da União para 1990, encaminhado ao Congresso, prevê um déficit operacional de 2,4% do PIB, além de um crescimento de 31,4% no nível de gastos governamentais.

Este impacto só não é maior porque as receitas tributárias deverão aumentar 44% em 1990, segundo o mesmo orçamento. Com tal quadro, os investimentos previstos pela União em 1990 serão apenas para finalizar aqueles já iniciados, ficando de fora a possibilidade de novos investimentos. Do lado das estatais a situação não é menos preocupante: a composição dos seus ativos mostra que apenas 1/3 é proveniente de capital próprio e 2/3 de recursos de terceiros. Com a taxa de juro elevada, este desequilíbrio deve agravar-se para 1990.

Um outro aspecto bastante marcante do emaranhado de problemas que as estatais enfrentam é a insuficiência de recursos para investimentos. Novos

empréstimos e financiamentos externos não existem mais e os recursos próprios não têm superado 50% das necessidades de investimento. Só para termos uma idéia do que isso significa, as estatais mantiveram nos últimos 15 anos uma média superior a 4% do PIB nos níveis de investimentos, enquanto, em 1989, este nível cai para 2,8% do PIB. É importante frisar que parte dessa situação decorre do achatamento das tarifas e preços públicos, que vem ocorrendo desde 1975. Naturalmente, persiste o velho problema intrínseco das estatais, que, por serem do Estado, têm sido instrumento de política económica conjuntural e partidária, esta última resultando em distribuição de cargos e favores dentro da máquina governamental. Resta-nos a pergunta: onde está o segundo cenário que contrasta brutalmente com o primeiro apresentado? Se pularmos a cerca das terras do setor público, terreno arenoso e já desgastado, e formos verificar o do setor privado, constataremos que este, ao contrário do primeiro, está fértil e com pleno potencial. Em 1988, estas empresas apresentaram um dos menores graus de endividamento e um dos maiores graus de liquidez financeira. Essa liquidez do setor privado é o que permite manter emprestado ao governo e girando diariamente US\$ 55,4 bilhões, a valores de agosto de 1989. Destaque-se que este valor é superior ao patrimônio líquido contábil de todas as

estatais federais do setor produtivo que somava, em dezembro de 1988 US\$ 46 bilhões. Outro aspecto interessante é o desenvolvimento das micros, pequenas e médias empresas. Hoje, esse setor já responde por quase 30% do PIB, segundo publicações especializadas, e vem tendo um grau de crescimento significativo. É bastante salutar que isso se venha dando em regiões afastadas dos grandes centros urbanos. É só verificar o comportamento do produto industrial do Estado de São Paulo, onde, em 1970, a Grande São Paulo respondia por 67,4% de todo o produto e, em 1988, passou a responder por apenas 50%, enquanto, nesse período, regiões como Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto tiveram um crescimento de sua participação em mais de 60%, para concluir que isso se deve à dinâmica própria das PMES. O que ocorre, e daí a percepção do momento de transição, não só político mas também económico, é que o segundo cenário, claro e radiante do setor privado, decorre também, em parte, da utilização dos recursos transferidos do setor público. Os subsídios, incentivos fiscais indiscriminados e a utilização das estatais como fornecedores baratos de bens e serviços não se enquadraram mais na atual conjuntura. O setor público chegou ao fim do poço. É hora de surgir iniciativas do setor privado com o objetivo de assumir o papel de sustentador do crescimento económico.

Áreas vitais como transporte, energia elétrica e telecomunicações estão com sérios problemas de falta de recursos para novos investimentos, constituindo-se em verdadeiros pontos de estrangulamento para um maior crescimento económico na década de 90. O setor privado já percebeu isso e sabe, em estudos realizados por entidades de classe, que o custo por kWh de um crescimento de energia elétrica pode ser até 20 vezes maior do que a tarifa paga atualmente, e que o aço mais caro é aquele que não existe. O modelo económico calcado no crescimento decorrente da infraestrutura do Estado esgotou-se. É exatamente nesse momento de transição do modelo económico vigente que se espera que o setor privado assuma o seu papel de agente económico ativo e autónomo, passando a depender menos do Estado e a ocupar os espaços e tarefas que este já não tem mais condições de ocupar e praticar. Claro, do Estado se espera uma ampla revisão dos seus gastos de custeio e que a melhoria da produtividade social seja uma meta permanente do próximo governo.

Antoninho Marmo Trevisan é contador, presidente da Trevisan Auditores e Consultores de Empresas e do Conselho de Estudos Económicos e Tributários da Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Foi titular da Secretaria de Orçamento e Controle das Empresas Estatais (Sest).